



*Aprovada em reunião plenária do CBH-Suaçuí realizada em 13/07/2017*

1 **ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CBH-SUAÇUÍ** - Aos 27 dias do mês de abril de 2017, no  
2 auditório situado no 5º andar da Prefeitura Municipal (Rua Marechal Floriano, 905 – Centro),  
3 em Governador Valadares/MG, reuniram-se os membros do Comitê de Bacia Hidrográfica do  
4 Rio Suaçuí – CBH-Suaçuí para sua Reunião Ordinária. Dando início à reunião, a Srta. Luciane  
5 Teixeira, Secretária Executiva, cumprimentou os presentes, confirmou a existência de  
6 quórum e justificou a ausência do presidente por problemas administrativos com a agência.  
7 Ato contínuo, ressaltou a necessidade de todos os membros comparecem pontualmente à  
8 reunião, de forma a garantir a sua realização, tendo em vista as novas regras do regimento  
9 interno. Em seguida, solicitou ao plenário a inclusão de item na pauta sobre a alteração dos  
10 membros da comissão eleitoral, o que foi aprovado pelos conselheiros. Passando ao  
11 primeiro assunto, a aprovação das atas das reuniões anteriores, ela informou que os  
12 documentos foram enviados junto com a convocatória e questionou se alguém tinha alguma  
13 consideração. Não havendo manifestação contrária, as atas foram aprovadas por  
14 unanimidade. Prosseguindo, a Srta. Luciane passou aos informes da diretoria. Inicialmente,  
15 falou sobre a aprovação pelo CBH-Doce, na plenária do dia 24 de março, dos critérios de  
16 distribuição, cronograma e recomendações para escolha das áreas para recuperação de  
17 4.500 nascentes dentre as 5.000 previstas na Cláusula nº 163 do Termo de Transação e  
18 Ajustamento de Conduta - TTAC, assinado pela União, Governo do Estado de Minas Gerais,  
19 Governo do Espírito Santo, Samarco, Vale e BHP, através da Nota Técnica nº 01/2017/IBIO.  
20 Em seguida, explicou que a nota foi apresentada durante reunião da CTFI – Câmara  
21 Técnica de Restauração Florestal e Produção de Água do Comitê Interfederativo, realizada  
22 no dia 12 de abril, em Gov. Valadares. Após as adequações necessárias, conforme solicitação  
23 da câmara, a proposta será apresentada na reunião do Comitê Interfederativo. Outro  
24 informe foi sobre os dias de campo realizados em Cuparaque e Peçanha, nos dias 04 e 06 de  
25 abril. A Srta. Paloma Galdino, representante da prefeitura de Cuparaque no comitê,  
26 agradeceu a presença de todos e falou que o evento foi de grande valia para os produtores.  
27 Em seguida, o Sr. Rogério Diniz, da EMATER, também informou que o evento teve aderência  
28 dos produtores e um grande número de cadastros de interessados em participar da próxima  
29 etapa do P22 - Programa de Incentivo ao Uso Racional da Água na Agricultura. Dando  
30 continuidade, a Srta. Luciane falou sobre a participação de quatro conselheiros do comitê no  
31 Workshop da Câmara Técnica de Segurança Hídrica do CIF, realizado no dia 10 de abril. Por  
32 último, falou sobre as reuniões do Fórum Mineiro de comitês, realizadas nos dias 18 e 19 de  
33 abril de 2017. Ela explicou que, inicialmente, a coordenação do fórum não havia procurado o  
34 CBH-Suaçuí, como comitê anfitrião, para ajudar na organização do evento. No entanto, o  
35 CBH ajudou com a cessão de espaço da prefeitura para o evento e a comissão se desculpou  
36 pelo ocorrido. Dando continuidade, o Sr. Wyllian Melo, do IGAM, fez uma apresentação  
37 sobre o Processo Eleitoral para composição do CBH-Suaçuí. Ele informou que os editais de  
38 convocação foram publicados no dia 18 de março e que as instituições devem se inscrever  
39 nos locais indicados no edital, até o dia 03 de junho, mediante o preenchimento de ficha de

*Aprovada em reunião plenária do CBH-Suaçuí realizada em 13/07/2017*

40 cadastramento e envio da documentação solicitada. Podem participar do processo eleitoral  
41 instituições do poder público estadual, municipal (prefeituras, associações e consórcios  
42 intermunicipais), usuários de recursos hídricos (abastecimento urbano, indústria, captação e  
43 diluição de efluentes industriais, irrigação e uso agropecuário, hidroeletricidade, hidroviação,  
44 pesca, turismo, lazer e outros usos não consuntivos) e sociedade civil organizada, cuja  
45 atuação seja relacionada aos recursos hídricos na bacia hidrográfica de interesse.  
46 Prosseguindo a reunião, foram feitos os comunicados dos conselheiros. O Secretário de  
47 Meio Ambiente de Resplendor, Sr. Oséas Teixeira, informou que está representando a  
48 conselheira Marília na plenária e ressaltou que quer participar mais ativamente das  
49 reuniões. Prosseguindo, a Srta. Luciane Teixeira colocou em votação as Deliberações  
50 Normativas aprovadas *ad referendum* da plenária relacionadas aos projetos apresentados ao  
51 Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do  
52 Estado de Minas Gerais – Fhidro, solicitadas pela Prefeitura de Gonzaga. Os conselheiros  
53 referendaram os documentos por unanimidade. Em seguida, a Srta. Luciane falou sobre a  
54 minuta de moção de apoio ao IBIO. O apoio foi aprovado na última plenária, mas somente  
55 agora a moção será apreciada pelos conselheiros. Não havendo questionamentos, todos  
56 votaram a favor do documento. Dando continuidade, a Sra. Regina Pimenta, representante  
57 da Gerência de Monitoramento da Qualidade das Águas do Instituto Mineiro de Gestão das  
58 Águas (IGAM) falou sobre a análise das águas, coletadas ao longo do Rio Doce. Ela informou  
59 que o órgão acompanha a qualidade das águas do Estado de Minas Gerais desde 1997 e  
60 intensificou o monitoramento no Rio Doce após o rompimento da barragem de Fundão, em  
61 novembro de 2015. A especialista explicou que, para águas superficiais, são analisados 52  
62 parâmetros, sendo que 18 foram elencados para o monitoramento emergencial (como  
63 temperatura, ph, oxigênio dissolvido, sólidos totais, sólidos em suspensão totais, turbidez,  
64 cromo, cobre, chumbo, arsênio, ferro, manganês, entre outros). Já para as águas  
65 subterrâneas, são 69 parâmetros levados em consideração. Ela ressaltou que atualmente a  
66 água do Rio Doce é perfeitamente possível de ser captada para o tratamento. No entanto,  
67 explicou que não é possível beber a água bruta, em função de parâmetros como turbidez,  
68 sólidos, manganês e ferro estarem um pouco acima do limite legal. Porém, para tratamento,  
69 ela é perfeitamente liberada. Disse também que há décadas essa água bruta já não é mais  
70 própria para o consumo, em função da presença de bactérias do trato fecal que se  
71 encontram presentes em função do lançamento de esgotos sem tratamento nos cursos  
72 d'água. A especialista ainda destacou a importância de se buscar informações em órgãos  
73 oficiais e enfatizou que elementos como ferro e manganês, presentes na água, não são  
74 considerados metais pesados por serem constituintes naturais do solo de Minas Gerais.  
75 Informou que, no caso do ferro, a maior violação registrada nas últimas análises do IGAM foi  
76 de 0,354 miligramas por litro e o limite legal é de 0,3 miligramas por litro. Então, está muito  
77 próximo do limite e abaixo do máximo histórico, não sendo motivo para preocupação no  
78 tratamento da água. Como a barragem de Fundão estava em uma altitude elevada, com o

*Aprovada em reunião plenária do CBH-Suaçuí realizada em 13/07/2017*

79 volume de material que desceu, criou-se uma onda de lama que revirou o leito do Rio Doce  
80 e fez subir a tona os metais e outros elementos químicos que já estavam ali sedimentados.  
81 Porém, explicou que depois de cerca de um mês, a maioria desses parâmetros já estava  
82 dentro da normalidade. Dando continuidade, a Srta. Luciane passou ao ponto de pauta sobre  
83 as decisões da CTPlan – Câmara Técnica do Plano de Recursos Hídricos para a implantação  
84 dos programas hidroambientais na área do CBH-Suaçuí. Ela fez a leitura do parecer nº  
85 01/2017/CTPlan, o qual recomenda que a cota de imóveis rurais a serem contemplados com  
86 os programas P12, P52 e P42, seja de 60 (sessenta) para cada município. Recomenda ainda  
87 que, para a seleção dos imóveis a preencherem a cota, serão adotados os seguintes critérios:  
88 1º) Terão prioridade os imóveis que possuem CAR; 2º) Terão prioridade os imóveis  
89 localizados na cabeceira da microbacia; e 3º) As cotas serão preenchidas por ordem de  
90 adesão. O parecer ainda ressalta que a empresa contratada realizará o CAR apenas para  
91 aqueles imóveis rurais que possuírem até 04 módulos fiscais. Em seguida, a Srta. Luísa  
92 Cardoso, Coordenadora de Programas e Projetos do IBIO, iniciou uma apresentação sobre a  
93 situação atual dos programas hidroambientais e de saneamento rural (P12, P42 e P52). Ela  
94 informou que a implementação foi dividida em 03 (três) etapas, sendo que a 1ª etapa foi  
95 vencida em 2016, com a publicação do edital de chamamento com a manifestação dos  
96 municípios e validação das áreas. Na 2ª etapa, será realizado o ato convocatório para a  
97 contratação da 1ª empresa, que realizará a mobilização e educação ambiental, CAR,  
98 diagnósticos e projetos. Na 3ª etapa será realizado o ato convocatório para a 2ª empresa  
99 que executará os projetos e o monitoramento. Dos 13 municípios prioritários, quatro ficarão  
100 “de fora”, conforme decisão da plenária, tendo em vista que foram contemplados com os  
101 programas da Fundação Renova, ou seja, serão atendidos 09 municípios prioritários. Ela  
102 apresentou as cotas de imóveis rurais por município que foram definidas nos comitês do  
103 DO1, DO2 e DO3, que foram 120 (cento e vinte), 150 (cento e cinquenta) e 100 (cem),  
104 respectivamente. Além disso, apresentou os produtos constantes do TdR da 2ª etapa. Em  
105 seguida, ela falou da recomendação da CTPlan sobre a cota de 60 (sessenta) imóveis por  
106 município, sendo que no caso de não preenchimento da cota: o excedente passa para a  
107 segunda área prioritária e se não for possível completar no município, o excedente passa  
108 para outro município (mediante aprovação do CBH-Suaçuí). Além disso, a CTPlan definiu pela  
109 realização do CAR para imóveis abaixo de 4 módulos fiscais. Os critérios para seleção dos  
110 imóveis serão: 1) Priorização dos imóveis que já tiverem realizado o CAR; 2) Priorização dos  
111 imóveis localizados na cabeceira da microbacia; 3) Preenchimento das cotas conforme  
112 ordem de adesão e 4) Definições junto à UGP. No entanto, ela apresentou a seguinte  
113 proposta: Rever o critério “Possuir o CAR” para a seleção dos imóveis, tendo em vista que  
114 aproximadamente 40% dos imóveis rurais localizados na porção mineira da bacia do Doce  
115 não possuem CAR e análise dos objetos a serem contratados (supressão de quantitativos do  
116 CAR). Assim, os critérios passariam a ser: 1) Priorização dos imóveis localizados na cabeceira  
117 da microbacia; 2) Preenchimento das cotas conforme ordem de adesão e 3) Definições junto



*Aprovada em reunião plenária do CBH-Suaçuí realizada em 13/07/2017*

118 à UGP. Os conselheiros votaram e aprovaram a proposta apresentada, retirando a  
119 necessidade de possuir CAR como critério. Prosseguindo, a Srta. Luciane solicitou que os  
120 interessados em participar da CTI – Câmara Técnica de Integração do CBH-Doce se  
121 manifestassem, sendo definido: Poder Público – Débora Duarte Maia (Prefeitura de  
122 Guanhães). Para a sociedade civil e usuários, um e-mail será enviado solicitando  
123 manifestação desses segmentos. Para a composição do Grupo de Acompanhamento do  
124 Contrato de Gestão IGAM/IBIO foi definido: Titular - Luciane Teixeira (Prefeitura de  
125 Valadares). Para os demais segmentos, também será encaminhado um e-mail solicitando  
126 manifestação de interesse. Por fim, ela falou sobre a necessidade de substituir a conselheira  
127 Marília Viana, da Prefeitura de Resplendor, na comissão eleitoral do comitê. Os membros  
128 aprovaram a sua substituição pela Srta. Luciane Teixeira. Nos assuntos gerais, foi definido  
129 que o Seminário de Saneamento Básico será realizado entre 24 e 28/07. Já o Seminário de  
130 Educação Ambiental será realizado entre 19 e 23/06. O Sr. Rogério informou que a EMATER  
131 passou por capacitação sobre a adequação de estradas rurais e solicitou a inclusão desse  
132 tema no seminário de educação ambiental. A Srta. Luciane respondeu que esse assunto seria  
133 para uma segunda etapa e que o comitê ainda escolherá quais caminhos serão definidos  
134 para esse evento. Não havendo outros assuntos, a reunião foi finalizada às treze horas e  
135 vinte minutos. Assina esta ata:

136

137

138

139

**Luciane Teixeira Martins**  
Secretária Executiva do CBH-Suaçuí